



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



A SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DE DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL: PREVALECE O OPORTUNISMO E O UTILITARISMO

ANNOR DA SILVA JUNIOR

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
annorsj@gmail.com e/ou annor.silva@ufes.br

PRISCILLA DE OLIVEIRA MARTINS DA SILVA

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
priscillamartinssilva@gmail.com e/ou priscilla.silva@ufes.br

VITOR CORREA DA SILVA

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
vitor_correa@msn.com

KÁTIA CYRLENE DE ARAÚJO VASCONCELOS

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
katia.vasconcelos@oi.com.br

SARAH LUIZA MARTINS SILVA DE BRITO

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
sasaluiza@gmail.com e/ou sarluiza@hotmail.com

RAQUEL DE SOUZA VEIGA

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
raqsveiga@gmail.com

RESUMO

Investigou-se o ponto de vista de discentes de graduação em ciências contábeis acerca da noção de sustentabilidade. Teoricamente, articulou-se a teoria dos *stakeholders*, com o corpo de conhecimento acerca da sustentabilidade, de ética e da formação do educacional e profissional do contador. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa *survey*, cuja coleta envolveu a triangulação de dados por meio da aplicação de questionários e pesquisa documental. Os dados coletados por meio de questionários foram submetidos à análise estatística. A amostra contou com 285 discentes (39,47% do tamanho da população) de todos os períodos do curso e dos turnos matutino e noturno. A síntese dos resultados revela que a noção de sustentabilidade predominante na literatura, que pressupõe o tratamento equitativo das dimensões econômica, sociocultural e ambiental, não é compartilhada pelos respondentes. Segundo o ponto de vista dos respondentes, ao invés de um tratamento equitativo entre as dimensões, há uma prevalência da dimensão econômica frente as demais dimensões. Em parte, esta prevalência está ancorada na lógica oportunista e utilitarista que permeia a formação do contador. Os resultados remetem a uma necessidade de reflexões acerca da formação educacional desses discentes, sobretudo, pela necessidade de se repensar o modelo de educação vigente rumo a uma lógica sustentável.

Palavras chave: Sustentabilidade, Formação do Contador, *Stakeholders*, Comportamento Esperado, Comportamento Efetivo.

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste artigo os resultados de uma parte de um projeto de pesquisa mais amplo que investiga o ponto de vista de discentes de cursos de graduação em administração e em ciências contábeis e de discentes de pós-graduação lato-sensu (especialização) na área de negócios acerca da noção de ética, de responsabilidade social corporativa (RSC) e de sustentabilidade. O foco deste artigo foi investigar o ponto de vista de discentes de ciências contábeis de uma universidade pública brasileira sobre a sustentabilidade. Para isso, abordou-se dois temas centrais: formação educacional e profissional do contador e sustentabilidade.

No contexto brasileiro, a atividade profissional em ciências contábeis é regulamentada por legislação federal que institui requisitos fundamentais para o exercício profissional, como por exemplo, a diplomação em curso de bacharelado em ciências contábeis e o registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) vinculado ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A atividade profissional do contador é regulamentada pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 que, entre outras providências, cria o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e define as atribuições do contador (MIRANDA et al., 2013; BRASIL, 1946).

Essa norma jurídica faz referência à necessidade de obtenção de diploma de bacharelado em curso de graduação em ciências contábeis devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) para que se possa exercer a profissão de contador (BRASIL, 1946). O MEC, ao exercer o papel de regulamentar a educação superior, edita normas jurídicas como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que, no caso específico das ciências contábeis, foi regulamentado por meio da Resolução CNE/CES nº 10/2004 (CNE, 2004). Estas diretrizes estabelecem as orientações para que as Instituições de Educação Superior (IES) possam definir em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) tópicos específicos, como por exemplo, os objetivos do curso, o perfil profissional, os componentes curriculares, entre outros.

Segundo aponta Laffin (2015), a concepção de formação adotada nas DCN está ancorada do desenvolvimento de competências e de habilidades, o que o autor denomina de “pedagogia das competências”. Esta pedagogia desenvolve um tipo de formação voltada à lógica do mercado com enfoque técnico e operacional centrado no fazer. Este tipo de formação desloca o processo pedagógico de uma forma de ensino baseado em saberes disciplinares para uma forma de ensino ancorada em competências específicas de produção (LAFFIN, 2015).

Ao abordarem o enfoque técnico e operacional no curso de ciências contábeis, Pires et al. (2010) afirmam que as IES brasileiras têm a responsabilidade de formar profissionais dotados das competências necessárias para atuar nas mais diversas áreas da contabilidade, tais como: auditoria, finanças, controladoria, etc. Esta formação educacional tem como finalidade suprir as demandas do mercado de atuação profissional do contador.

Esta perspectiva de formação baseada na “pedagogia das competências” (LAFFIN, 2015) parece alinhar-se com a noção de contabilidade apontada por Iudícibus et al. (2005). Para os autores, a contabilidade consiste em um corpo de conhecimento determinante para a formação de agentes decisórios em diferentes níveis que tem como fundamento os fatos econômicos e financeiros das organizações que são captados e processados por meio de metodologia própria, permeada pela racionalidade científica (IUDÍCIBUS et al., 2005).

Para Laffin (2015) este tipo de formação baseada na “pedagogia das competências”, além de ser restritiva em função das características de racionalidade técnica, tem como

implicação o comprometimento de uma sólida formação científica e colaborativa em termos do desenvolvimento social. Autores como Rodrigues et al. (2017), Laffin (2015), Miranda et al. (2012) e Tinoco e Robles (2006) alertam para os riscos e limitações de uma formação eminentemente técnica e operacional na contabilidade e para a necessidade de superar as fronteiras conceituais e disciplinares, como forma de lidar com a complexidade do contexto contemporâneo e com as preocupações socioambientais e de sustentabilidade.

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável representam temas e desafios centrais da atualidade, alcançando *status* de relevância no meio acadêmico e empresarial (RODRIGUES et al., 2017; BELL; MORSE, 2008). As discussões em torno da sustentabilidade ganharam repercussão internacional com a apresentação do Relatório *Brundtland* – “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987. Este relatório apresentou a definição de desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

A despeito de todo alcance e repercussão, a definição de desenvolvimento sustentável tem sido questionada por sua imprecisão e por representar um discurso liberal e redentor. Além disso, algumas críticas tratam da natureza complexa e ambígua desta definição, bem como de seu caráter corretivo e coercitivo. Critica-se ainda, o fato de não se considerar as possíveis tensões decorrentes na natureza complexa e multifacetada da sustentabilidade corporativa (HANN et al., 2015; MUNCK; SOUZA, 2011; CIEGIS et al., 2009; MEBRATU, 1998).

Apesar das críticas e controversas, parece haver na literatura sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, concordância entre os autores em pelo menos dois pontos centrais. Primeiro, no entendimento que o desenvolvimento sustentável representa orientação para o futuro do progresso humano, ao articular três dimensões, quais sejam, a econômica, a social e a ambiental (ou ecológica) (MUNCK; SOUZA, 2011; OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005; LÉLÉ, 1991). A articulação destas três dimensões ficou conhecida como o *triple bottom line* – TBL, termo cunhado por Elkington (2012).

O segundo ponto, refere-se ao entendimento de que a sustentabilidade é um fenômeno social relevante para as organizações e para a sociedade. Nesse sentido, pela via de discussões relacionadas ao desenvolvimento sustentável é possível fomentar o interesse das organizações em alcançá-lo por meio de dois caminhos: (1) o do imperativo legal com a regulação e a imposição; e (2) da proatividade ou do voluntarismo organizacional (MUNCK; SOUZA, 2011). Neste caso, tem-se de um lado, o determinismo e, de outro, o voluntarismo como direcionadores do posicionamento das organizações frente ao desenvolvimento sustentável.

Ao considerar a perspectiva do voluntarismo, assume-se que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável decorrem de atos de gestão (agir) organizacional (MUNCK; SOUZA, 2011). Neste caso, este ato de gestão requer uma estrutura de “agires” organizacional (MUNCK; SOUZA, 2011) que envolve, entre outros fatores, o inter-relacionamento e a interdependência entre a administração e a contabilidade. Isso pelo fato da contabilidade ser a área da organização responsável pelo processo de gerar, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações oriundas dos fatos que alteram a situação patrimonial e financeira que servem como fundamentos para a tomada de decisões gerenciais nas organizações (TINOCO; ROBLES, 2006; IUDÍCIBUS et al., 2005; MARTIN, 2002).

Ao olhar sob esse prisma, Tinoco e Robles (2006) apontam para a centralidade da contabilidade como fornecedora de informações para a tomada de decisões voltadas para a sustentabilidade. Os autores defendem que é papel da contabilidade superar os desafios da sustentabilidade e contribuir para que as organizações possam se adaptar aos novos critérios de desenvolvimento em bases sustentáveis.

Para que a contabilidade seja efetiva nesse processo, defende-se neste estudo que a formação dos discentes de ciências contábeis exerce influência direta na forma como o contador enxerga a sustentabilidade. Ao assumir este entendimento, este estudo volta-se para a investigação do ponto de vista dos discentes de ciências contábeis sobre a noção de sustentabilidade, para definir o seguinte problema de pesquisa: **Qual é o ponto de vista de discentes de graduação em ciências contábeis sobre a noção de sustentabilidade?** Com base nessa questão, definiu-se como objetivo geral o de identificar o ponto de vista de discentes de graduação em ciências contábeis sobre a noção de sustentabilidade. Para alcançar o objetivo central proposto, realizou-se uma pesquisa *survey* de natureza descritiva e quantitativa (BABBIE, 2005) junto aos discentes de ciências contábeis de uma universidade pública federal localizada na região sudeste do Brasil.

Estruturou-se este artigo em cinco seções além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se a perspectiva conceitual que envolve o tema sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Na sequência aborda-se a questão da formação do administrador e a sustentabilidade. Na quarta seção apresenta-se os procedimentos metodológicos que nortearam o processo de coleta e de análise dos dados. Na seção seguinte discute-se os resultados da pesquisa. Por fim, na sexta e última seção, são apresentadas as conclusões.

2. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde que o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou notoriedade internacional com a apresentação do Relatório *Brundtland* – “Nosso Futuro Comum” em 1987, várias iniciativas surgiram para definir sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (MUNCK; SOUZA, 2011; CIEGIS et al., 2009). Estas diversas tentativas tiveram como consequência as possíveis dificuldades de entendimento acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, bem como múltiplos significados dependendo da literatura utilizada (PIERANTONI, 2004).

Por exemplo, ao analisarem os conceitos de sustentabilidade, Osorio et al. (2005) identificaram duas principais vertentes: (1) a normativa que orienta para o que deveria ser feito; e (2) a positiva que demonstra a realidade, ou seja o que é feito de fato. Segundo os autores, a vertente normativa se preocupa com os acordos e as propostas de caráter institucional que indicam o comportamento prescrito para o alcance do desenvolvimento sustentável. Já a vertente positiva orienta-se por meio de análises e procedimentos científicos, ancorados em áreas do conhecimento como a economia, a ecologia e a filosofia sem, contudo, chegar a um acordo sobre os caminhos para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

A despeito da diversidade conceitual e das diferentes vertentes e perspectivas sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (MUNCK; SOUZA, 2011; CIEGIS et al., 2009; OSORIO; LOBATO; CASTILLO, 2005; MEBRATU, 1998) adota-se neste estudo a noção de sustentabilidade apontada por Ciegis et al. (2009). Segundo esses autores, a noção de sustentabilidade está associada, num sentido mais amplo, à equidade na distribuição das possibilidades de desenvolvimento entre o presente e as futuras gerações.

Em outros termos, o desenvolvimento sustentável pode ser definido como uma melhor qualidade de vida do presente e das futuras gerações. Ciegis et al. (2009) complementam ainda que o desenvolvimento sustentável não envolve uma escolha entre a proteção ambiental e o progresso social. Está relacionado com um esforço maior para o desenvolvimento econômico e social que seja compatível com a proteção ao meio ambiente. Com isso, o desenvolvimento sustentável envolve três dimensões fundamentais (econômica, social e ambiental), que são interdependentes e formam o TBL (ELKINGTON, 2012).

No entendimento de Munck e Souza (2011) ao se aliar economia e meio ambiente (ecologia), o desenvolvimento sustentável é aceito como um objetivo e passa a representar um meio para o progresso humano e social, por meio de uma abordagem integrativa e inclusiva que envolve as gerações atuais e futuras. Conforme apontam Vasconcelos et al. (2013), Senge et al. (2009) e Almeida (2008), esta abordagem integrativa e inclusiva leva em consideração um modelo baseado em uma governança tripolar que, entre outros aspectos, implica em trocas dinâmicas entre os atores econômicos e sociais com vistas ao alcance de equilíbrio entre os objetivos e resultados financeiros, sociais e ambientais, que caracterizam o modelo sustentável.

3. FORMAÇÃO DO CONTADOR E A SUSTENTABILIDADE

Antes de avançar com a discussão acerca da formação do contador, entende ser relevante demarcar a contabilidade um como campo de conhecimento. Segundo Iudícibus et al. (2005, p. 7) a contabilidade é vista como um campo de conhecimento responsável pela formação dos agentes decisórios de vários níveis, é “fruto concebido da relação entre o desenrolar dos fatos econômico-financeiros e sua captação e processamento segundo os paradigmas de uma metodologia própria e potencializada pela racionalidade científica”.

Visto desta forma, a contabilidade pode ser entendida como um modelo de representação da realidade econômico-financeira de uma entidade, e neste caso, tem como escopo principal as informações (MARTINS et al., 2012). A informação, conforme apontam Lima et al. (2017) e Martins et al. (2012) é uma fonte de poder que, por vezes, é permeado por conflitos de ordem moral, em que o certo e o errado encontram valores relativos. Essa relativização pode estar relacionada a diversos fatores, como, por exemplo, os usos e os costumes, aspectos culturais e a formação educacional e profissional do contador.

No contexto brasileiro, a formação educacional e profissional do contador está ancorada em, pelo menos, três eixos centrais, quais sejam, (1) a regulamentação profissional e educacional por meio de legislação federal (CNE, 2004; BRASIL, 1946); (2) as DCN do curso de ciências contábeis (MIRANDA et al. 2013; CNE, 2004); e (3) a atuação das IES (PIRES et al., 2010). Nesse contexto, as IES têm o papel de formar profissionais dotados de competências e habilidades que os permitam a atuar nas mais diversas áreas da contabilidade, seja na auditoria, nas finanças, na controladoria, entre outras (PIRES et al. 2010).

Conforme aponta Laffin (2015) as DCN para o curso de ciências contábeis têm como orientação a “pedagogia das competências” que privilegia a formação técnica e negligencia a formação científica e colaborativa em termos do desenvolvimento social. Esta orientação tecnicista foi identificada por Padoan e Clemente (2006), que em estudo realizado com a finalidade de analisar a interdisciplinaridade no ensino da contabilidade, concluíram que a educação contábil, na perspectiva de docentes tinha de fato um viés tecnicista.

Aparentemente, este viés tecnicista (LAFFIN, 2015; PADOAN; CLEMENTE, 2006) está relacionado (1) à perspectiva legalista inerente a atividade profissional do contador (MIRANDA et al., 2013), (2) ao caráter eminentemente utilitarista presente na disciplina contábil (IUDÍCIBUS, et al., 2005) e (3) as influências que a teoria positiva da contabilidade (WATTS; ZIMMERMAN, 1986) exercem sob a formação de discentes de ciências contábeis.

Na visão de Laffin (2015), torna-se necessário rever esse viés tecnicista do processo de formação do contador rumo a uma formação contábil que forneça as bases para o trabalho contábil mais colaborativo com o desenvolvimento social. Uma possibilidade de rever esse viés é a inserção de disciplinas que abordem questões socioambientais nos currículos dos cursos de graduação em ciências contábeis. Conforme apontam Carvalho et al. (2010), embora haja o reconhecimento por parte de discentes e de docentes de que as questões socioambientais sejam importantes, a inserção de tais conteúdos nos cursos de ciências contábeis ainda é tímida.

Ao analisar as preocupações com as questões ambientais na área contábil, Tinoco e Robles (2006) defendem que mudanças recentes no universo corporativo têm levado a contabilidade a ampliar o seu escopo de atenção para além das informações meramente econômicas, para assumir também o papel de divulgação das ações de gestão ambiental. Essa ampliação de escopo, na visão de Tinoco e Robles (2006) aproxima a contabilidade dos temas sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

4. MÉTODO

Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo-quantitativo, por meio do método de pesquisa *survey* (BABBIE, 2005). Os dados foram coletados mediante triangulação (DENZIN, 1989) ao combinar dois procedimentos: pesquisa documental e aplicação de questionário. A pesquisa documental foi realizada junto as DCN do curso de ciências contábeis (CNE, 2004), aos PPC do curso de ciências contábeis (turnos matutino e noturno) e aos dados estatísticos fornecidos pela pró-reitoria de graduação, pelo departamento de ciências contábeis e disponíveis no sitio eletrônico da IES e do curso.

O questionário foi desenvolvido, submetido a pré-teste e validado especificamente para esta pesquisa. O questionário foi elaborado com base em obras consolidadas na literatura acerca do tema sustentabilidade e da teoria dos *stakeholders*, tais como as contribuições Elkington (2012), Purnell e Freeman (2012) Cieg et al. (2009) e Pierantoni (2004). Assim, o questionário considerou as três dimensões do TBL, quais sejam: econômica, sociocultural e ambiental (ELKINGTON, 2012) e um conjunto de *stakeholders* (PURNELL; FREEMAN, 2012). Ademais, para a construção do questionário, considerou-se a lógica da duplicidade moral tipicamente brasileira (SROUR, 1994), ou seja, o comportamento esperado das pessoas (moral da integridade) e o comportamento efetivo (moral do oportunismo).

O questionário foi composto por duas partes, sendo que a primeira se dedicou a identificar o perfil sociodemográfico dos respondentes, e a segunda estava relacionada com os objetivos da pesquisa. Esta segunda parte foi composta por 42 afirmativas em escala *Likert* de cinco pontos, sendo 21 que caracterizavam o comportamento esperado e 21 que caracterizavam o comportamento efetivo. Cada grupo de 21 afirmativas era composto por 7 afirmativas de cada uma das três dimensões do TBL (ELKINGTON, 2012). Ressalta-se também que cada uma dessas 7 afirmativas estava relacionada a diferentes *stakeholders*, quais

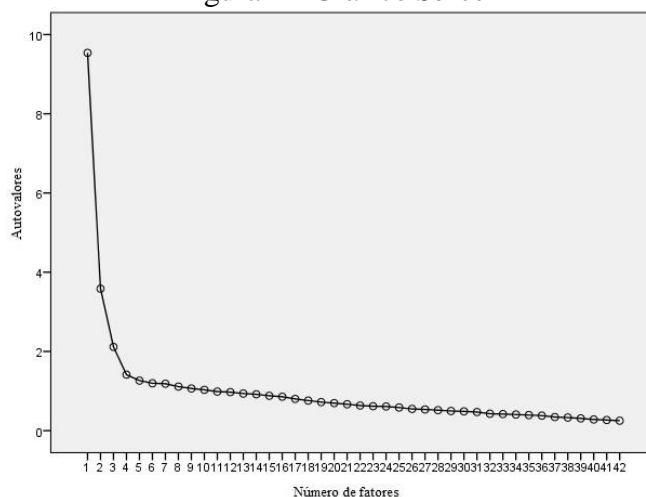
sejam: acionistas, empregados, fornecedores, consumidores, concorrentes, sociedade e meio ambiente.

A população de interesse do estudo foi a de alunos da graduação em ciências contábeis de uma universidade pública federal localizada na região sudeste do Brasil. O curso funciona nos turnos matutino e noturno e a amostra da pesquisa contou com 285 respondentes (39,47% do total da população de 722 discentes vinculados ao curso) que estavam distribuídos em todos os períodos do curso. Considerando a aleatoriedade do método de amostragem, pôde-se inferir por meio de um cálculo para populações finitas que os resultados da pesquisa possuem um nível de confiança de 95% com uma margem de erro de 4,5% (LEVINE et al., 2015).

Para testar a confiabilidade do questionário, especialmente em relação aos construtos “comportamento esperado” e “comportamento efetivo”, utilizou-se alfa de *cronbach* e a análise fatorial pelo método de análise de componentes principais. O alfa de *cronbach* para o conjunto de afirmativas que caracterizavam o comportamento esperado foi de 0,862. O alfa de *cronbach* para o conjunto de afirmativas que caracterizavam o comportamento efetivo foi de 0,881. Considerando que ambos foram superiores a 0,7, pode-se inferir que ambos os construtos apresentaram um adequado nível de confiabilidade (FÁVERO et al., 2009).

A respeito da análise fatorial exploratória, observou-se que a estatística KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) apresentou o valor de 0,886. Conforme Fávero et al. (2009), este valor pode ser considerado adequado para a utilização desta técnica. Adicionalmente, o teste de esfericidade de *Barlett* foi significativo a 1% ($p = 0,000$), aspecto que também sugere a adequação da análise fatorial, segundo Fávero et al. (2009). Dez fatores puderam ser extraídos com autovalores maiores que 1. Porém, ao se observar o gráfico *Scree* apresentado na Figura 1, pode-se notar que dois deles possuem uma capacidade de explicação da variância total consideravelmente maior que os demais, embora um terceiro fator também poderia ser observado como relevante. No entanto, presume-se que os dois fatores mais representativos caracterizem os construtos “comportamento esperado” e “comportamento efetivo”.

Figura 1 - Gráfico *Scree*



Após a observação de que dois fatores seriam mais relevantes para a explicação do total da variância, procedeu-se à análise fatorial para a identificação de dois fatores. A partir da matriz de componente rotativa dessa análise fatorial (método *varimax* com rotação ortogonal), verificou-se a adequação dos itens dos questionários aos construtos esperados. O valor de 0,35 (em valores absolutos) foi utilizado como corte nas cargas fatoriais, visto que a amostra da pesquisa ultrapassou 250 respondentes, valor de corte indicado como adequado para este tamanho amostral (FÁVERO et al., 2009). Do total de 42 itens, 39 (92,85%) apresentaram

carga fatorial maior que 0,35 em valores absolutos. Destes 39 itens, 36 (85,71% do total de 42 itens) se associaram corretamente com o fator esperado na elaboração do questionário. Considera-se que o percentual de acerto na associação dos itens caracterize uma adequada confiabilidade para os construtos “comportamento esperado” e “comportamento efetivo”.

Após a identificação da confiabilidade do instrumento de pesquisa, procedeu-se à análise de distribuição de frequências das afirmativas em escala *Likert*. Ressalta-se que todos os procedimentos estatísticos foram realizados por meio do software SPSS versão 22.

5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Estruturou-se esta seção em três partes. Na primeira parte, são apresentadas as considerações acerca do curso de ciências contábeis. Na segunda apresenta-se os dados sociodemográficos da amostra. Por fim, na terceira parte, aborda-se os resultados da pesquisa.

5.1. O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O curso de ciências contábeis da IES foi criado na década de 1960 inicialmente funcionando apenas no turno noturno. No final da década de 2000, o curso passou a ser ofertado também no turno vespertino. Do ponto de vista formal, o curso possui dois PPC, sendo um para o turno vespertino e outro para o noturno. Cada PPC possui definições sobre o perfil do egresso, objetivo do curso, estrutura curricular entre outros aspectos. Em relação ao perfil do egresso, os dois PPC destacam o compromisso do curso em formar profissionais com conhecimentos científicos e técnicos e com sólida formação humanística para enfrentar as demandas do campo empresarial e social, materializando conhecimentos de forma interdisciplinar.

Os PPC têm a mesma definição de perfil de egresso, bem como as mesmas estruturas curriculares para os dois turnos. Em ambos os casos os cursos são compostos por 8 módulos que podem ser integralizados em 4 anos, podendo ser estendidos por no máximo mais dois anos. Destaca-se que segundo a estrutura de gestão universitária da IES, o corpo docente vinculado ao departamento de ciências contábeis atende aos dois turnos e que os discentes do turno matutino podem cursar disciplinas no turno noturno e vice-versa.

Em relação ao foco de interesse nesta pesquisa, que é a oferta de conteúdos relacionados à ética, à RSC e à sustentabilidade, destaca-se que nos dois turnos são ofertadas as disciplinas filosofia e ética (1º período), contabilidade social, contabilidade ambiental e contabilidade para instituições sem fins lucrativos (todas como disciplinas optativas no curso). Além dessas disciplinas, os conteúdos relativos às questões socioambientais e de sustentabilidade são tratados em atividades complementares, em projetos de extensão e de pesquisa.

Considerando as características do curso, da estrutura de gestão universitária da IES, do perfil do egresso definido nos PPC e o objeto de investigação da pesquisa, optou-se neste estudo por tratar os dois turnos em conjunto. Com isso, os dados coletados, analisados e apresentados nas próximas subseções e seções do texto serão tratados coletivamente.

5.2. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

A Tabela 1 apresenta o perfil sociodemográfico dos respondentes. Pode-se observar que a amostra apresenta uma destruição equilibrada entre homens e mulheres e entre os turnos vespertino e noturno. A maior parte dos alunos está no início do curso, seguidos pelos que estão no meio e pelos que estão no fim.

Tabela 1 - Dados sociodemográficos dos respondentes

Sexo		Possui pós-graduação	
Masculino	142 49,8%	Não	270 94,7%
Feminino	143 50,2%	Sim (cursando/concluído)	15 5,3%
Turno		Possui atividade profissional	
Vespertino	139 48,8%	Não possui	96 33,7%
Noturno	146 51,2%	Estagiário	78 27,4%
Período		Empregado (Privado)	70 24,6%
Início (1°, 2° e 3°)	133 46,7%	Empregado/Servidor Público	31 10,9%
Meio (4°, 5° e 6°)	98 34,4%	Empresário/Autônomo	10 3,4%
Fim (7°, 8° e 9°)	54 18,9%	Já cursou "Moral e Ética"	
Estado civil		Não	43 15,1%
Solteiro	234 82,1%	Sim (cursando)	53 18,6%
Casado/convive maritalmente	51 17,9%	Sim (concluído)	189 66,3%
Faixa etária		Já cursou "Responsabilidade Social"	
De 16 até 20	81 28,4%	Não	139 48,8%
De 21 até 25	130 45,6%	Sim (cursando)	32 11,2%
De 26 até 30	35 12,3%	Sim (concluído)	114 40,0%
De 31 até 40	24 8,4%	Já cursou "Sustentabilidade"	
Mais de 41	15 5,3%	Não	207 72,6%
Possui outro curso de graduação		Sim (cursando)	20 7,0%
Não	246 86,3%	Sim (concluído)	58 20,4%
Sim (cursando/concluído)	39 13,7%		

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se que a maioria dos alunos já cursou disciplinas que trataram dos temas “moral e ética” e “responsabilidade social”, porém a maior parte não cursou a disciplina cujo tema específico fosse a “sustentabilidade”. Ao analisar o PPC de ciências contábeis, foi possível constatar a sua orientação tecnicista (LAFFIN, 2015) que negligencia conteúdos voltados para as questões socioambientais (CARVALHO et al., 2010; TINOCO; ROBLES, 2006). Em parte, este aspecto justifica o baixo número de discentes que tenham cursado disciplinas que abordassem questões relativas à sustentabilidade e às questões ambientais.

5.3. O PONTO DE VISTA DOS DISCENTES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE

As Tabelas 2, 3 e 4 apresentam os resultados das afirmativas sobre as dimensões econômicas, socioculturais e ambientais do TBL (ELKINGTON, 2012), respectivamente. Para elaboração das afirmativas, foram levados em consideração um conjunto de *stakeholders* (PURNELL; FREEMAN, 2012) e a relação entre o comportamento esperado e o comportamento efetivo (SROUR, 1994).

Ressalta-se que os pontos 1 e 2 da escala *Likert* foram agrupados para representarem a noção de discordância, enquanto que os pontos 4 e 5 foram agrupados para representarem a noção de concordância. Dessa forma, o percentual de respondentes que assinalou o ponto 3 da

escala *Likert*, que representa uma posição de indecisão quanto às afirmativas, não está presente nas tabelas. No entanto, pode-se auferir esse percentual por meio da diferença entre 100% e a soma dos percentuais dos respondentes que concordam e que discordam com as afirmativas.

A Tabela 2 apresenta afirmativas sobre a dimensão econômica do TBL (ELKINGTON, 2012). O interesse é abordar aspectos à lucratividade, à produtividade e o retorno para os acionistas, entre outros (ELKINGTON, 2012; CIEGS et al., 2009).

Tabela 2 - Afirmativas acerca da dimensão econômica do *triple bottom line*

Painel A			
<i>Stakeholder</i>	Afirmativas que representam o comportamento esperado	Discordam	Concordam
Acionistas	1. O lucro de uma organização deve sempre ser distribuído de forma equitativa entre os acionistas, os trabalhadores, a sociedade e o meio ambiente.	28,07%	50,53%
Empregados	15. A prática de distribuição de lucros para a classe trabalhadora deve ser vista como um meio de justiça social.	17,19%	58,60%
Fornecedores	38. As organizações devem estabelecer relações comerciais com fornecedores que sejam benéficas para ambas as partes.	7,37%	78,25%
Consumidores	28. Os consumidores devem ser vistos pelas organizações como parceiros no desenvolvimento de soluções vantajosas e a preço justo para ambas as partes.	9,82%	72,28%
Concorrentes	32. As organizações devem estabelecer relações mercadológicas cooperativas com a concorrência de forma que todos possam atuar no mercado.	14,39%	54,39%
Sociedade	30. O principal objetivo organizacional é gerar riqueza para a sociedade, mesmo que tenha que privar o acionista de lucros maiores.	41,40%	33,68%
Meio Ambiente	42. Entre remunerar melhor os acionistas e adotar medidas de proteção ambiental, as organizações devem privilegiar investimentos que avancem em direção aos interesses ambientais.	14,04%	67,37%
Painel B			
<i>Stakeholder</i>	Afirmativas que representam o comportamento efetivo	Discordam	Concordam
Acionistas	16. A prática organizacional cotidiana privilegia a remuneração aos acionistas em detrimento de outras partes interessadas, como por exemplo, os trabalhadores, a sociedade e o meio ambiente.	15,44%	58,95%
Empregados	36. As organizações adotam a prática de distribuição de lucros como um mecanismo para obter maior produtividade da classe	10,88%	66,32%

trabalhadora.

Fornecedores	6. Ao estabelecer relações comerciais com os fornecedores, as organizações adotam políticas comerciais voltadas para os resultados de curto prazo, que podem comprometer a sobrevivência do fornecedor.	16,49%	44,21%
Consumidores	13. As relações comerciais entre as organizações e os consumidores é pautada por uma lógica em que ambas as partes querem levar vantagem imediata.	18,60%	59,65%
Concorrentes	41. Um dos principais objetivos das organizações é eliminar a concorrência para alcançar uma maior fatia do mercado.	17,89%	61,05%
Sociedade	9. A sociedade é vista pelas organizações apenas como um espaço para obter recursos e fornecer produtos e serviços de forma lucrativa.	20,00%	57,54%
Meio Ambiente	18. As medidas de proteção ambiental são vistas pelas organizações como um componente de despesa que comprometem os lucros corporativos.	18,60%	63,16%

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta as afirmativas sobre a dimensão sociocultural do TBL (ELKINGTON, 2012). O foco de interesse envolve o bem-estar social, os direitos humanos, os valores culturais, entre outros (ELKINGTON, 2012; CIEGS et al., 2009).

Tabela 3 - Afirmativas acerca da dimensão sociocultural do *triple bottom line*

Painel A			
<i>Stakeholder</i>	Afirmativas que representam o comportamento esperado	Discordam	Concordam
Acionistas	20. As organizações devem incluir interesses de outros públicos, além de acionistas, em seu planejamento estratégico.	14,39%	67,02%
Empregados	2. As organizações devem minimizar os riscos e impactos aos direitos humanos que causam, como por exemplo, impactos na saúde e bem-estar de empregados próprios e terceiros.	5,96%	81,05%
Fornecedores	27. As organizações não devem comprar bens ou serviços de fornecedores que violem os direitos humanos.	14,39%	71,58%
Consumidores	21. Os consumidores devem ter os seus valores, crenças e símbolos culturais respeitados pelas organizações.	11,58%	72,98%
Concorrentes	19. As organizações devem disponibilizar para a concorrência informações sobre a sua estratégia de investimentos sociais.	27,72%	51,58%
Sociedade	39. As organizações devem manter iniciativas de diálogo e engajamento com as partes interessadas (público interno, governo, ONG e	10,53%	66,67%

comunidade).

Meio Ambiente	37. As organizações devem participar constantemente de fóruns e encontros promovidos por representantes do meio ambiente.	10,18%	69,12%
---------------	---	--------	---------------

Painel B

<i>Stakeholder</i>	Afirmativas que representam o comportamento efetivo	Discordam	Concordam
Acionistas	22. Os direcionadores do planejamento estratégico das organizações estão baseados nos interesses dos acionistas.	11,58%	65,96%
Empregados	10. Os riscos e impactos na saúde e bem-estar de empregados próprios e terceiros são sempre gerenciados de forma a minimizar os custos operacionais.	15,44%	54,39%
Fornecedores	12. Os fornecedores são contratados pela lógica do menor preço, mesmo que tenham práticas que violem os direitos humanos.	30,53%	50,18%
Consumidores	4. As organizações procuram impor seus valores, crenças e símbolos culturais aos consumidores como uma estratégia de fidelização de clientes.	20,35%	56,14%
Concorrentes	29. As organizações não divulgam informações sobre investimentos sociais por receio de serem imitadas ou superadas pela concorrência.	26,32%	48,42%
Sociedade	35. As organizações se relacionam com as partes interessadas (público interno, governo, ONG e comunidade) de forma a obter vantagem econômica nessa relação.	14,74%	62,46%
Meio Ambiente	24. O meio ambiente é visto pelas organizações somente como uma fonte de recursos naturais para viabilizar suas ações produtivas e comerciais.	16,84%	60,35%

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 4 apresenta afirmativas sobre a dimensão ambiental do TBL (ELKINGTON, 2012). O interesse é abordar aspectos relacionados ao meio ambiente, à natureza e aos ecossistemas locais (ELKINGTON, 2012; CIEGS et al., 2009).

Tabela 4 - Afirmativas acerca da dimensão ambiental do *triple bottom line*

Painel A

<i>Stakeholder</i>	Afirmativas que representam o comportamento esperado	Discordam	Concordam
Acionistas	34. As questões ambientais devem ser tratadas com o mesmo nível de atenção que o lucro é tratado pelos acionistas.	9,47%	74,74%
Empregados	31. As organizações devem implementar práticas de recursos humanos orientadas para a questão ambiental.	9,82%	70,53%

Fornecedores	3. As organizações devem dar preferência à compra de insumos ou serviços ambientalmente sustentáveis.	9,47%	75,09%
Consumidores	8. As organizações devem lançar medidas para incentivar e sensibilizar o consumidor a encaminhar os resíduos gerados para reciclagem de volta para as organizações.	11,58%	74,74%
Concorrentes	23. As organizações devem promover parcerias com os concorrentes para preservar o meio ambiente.	13,33%	66,67%
Sociedade	26. As organizações devem incentivar a sociedade no desenvolvimento de uma cultura ambientalmente sustentável.	7,72%	78,25%
Meio Ambiente	11. As organizações devem adotar políticas de proteção e preservação ambiental em todas as suas atividades.	10,53%	77,89%

Painel B

<i>Stakeholder</i>	Afirmativas que representam o comportamento efetivo	Discordam	Concordam
Acionistas	7. As questões ambientais somente são consideradas se não houver o comprometimento da lucratividade para o acionista.	24,56%	57,54%
Empregados	40. As políticas e práticas de recursos humanos adotadas pelas organizações alcançam a questão ambiental desde que não comprometam a produtividade.	15,44%	57,89%
Fornecedores	33. Os fornecedores são contratados pela lógica do menor preço, mesmo que comprometam o meio ambiente.	22,11%	54,04%
Consumidores	17. Para viabilizar o menor preço para os consumidores, as organizações reduzem investimentos de natureza ambiental.	17,19%	57,89%
Concorrentes	5. Entre vencer a concorrência e ser ambientalmente sustentável, as organizações optam pela liderança de mercado.	9,47%	69,47%
Sociedade	25. As organizações investem em políticas ambientais que favorecem a sociedade somente se houver retorno financeiro.	19,30%	61,05%
Meio Ambiente	14. As organizações somente adotam medidas corretivas quando causam impactos ambientais negativos.	14,04%	68,07%

Fonte: dados da pesquisa.

A análise conjunta dos resultados apresentados nas Tabelas 2, 3 e 4 indica que, de uma forma geral, os respondentes têm uma noção de sustentabilidade e das dimensões econômica, sociocultural e ambiental que se modifica quando se observa o comportamento esperado (lógica da moral da integridade) e o comportamento efetivo (lógica da moral do oportunismo) (SROUR, 1994). Sob o ponto de vista do comportamento esperado os respondentes assumem que as dimensões econômicas, sociocultural e ambiental de sustentabilidade são tratadas de forma equitativa, considerando a perspectiva de longo prazo por envolver as gerações futuras (ELKINGTON, 2012; CIEGS et al., 2009; PIERANTONI, 2004). Já sob o ponto de vista do

comportamento efetivo, os respondentes consideram que há uma hierarquia entre as dimensões de sustentabilidade em que a dimensão econômica prevalece sob as demais.

Diante de tais resultados, é relevante refletir sobre as possíveis explicações desta duplicidade moral tipicamente brasileira (SROUR, 1994). Em termos do comportamento esperado, é possível que os respondentes tenham sofrido influências do “discurso politicamente correto” da sustentabilidade corporativa que permeia a sociedade contemporânea, sobretudo em termos da lógica de cooperação que visa resultados de longo prazo e para um grupo maior de *stakeholders* (ELKINGTON, 2012; CIEGIS et al. 2009).

Já em termos do comportamento efetivo, há um indicativo de influências da “pedagogia das competências” que pressupõe um viés tecnicista da formação em ciências contábeis (LAFFIN, 2015; PADOAN; CLEMENTE, 2006), bem como da perspectiva legalista inerente a atividade profissional do contador (MIRANDA et al., 2013), ao caráter eminentemente utilitarista presente na disciplina contábil (IUDÍCIBUS, et al., 2005) e as influências que a teoria positiva da contabilidade (WATTS; ZIMMERMAN, 1986) exercem sob a formação de discentes de ciências contábeis. Soma-se a esses indicativos o fato de que os cursos de ciências contábeis têm negligenciado em seus PPC conteúdos voltados para as questões socioambientais (CARVALHO et al., 2010; TINOCO; ROBLES, 2006).

No conjunto, estas características típicas da formação contábil e na estrutura curricular são responsáveis por induzir os discentes a assumirem prioritariamente o aspecto econômico e financeiro nas relações sociais (LAFFIN, 2015). Com isso, a noção de sustentabilidade, apontada por Elkington (2012) e Ciegis et al. (2009), fica comprometida pelo fato de que a lógica oportunista e utilitarista (IUDÍCIBUS, et al., 2005; WATTS; ZIMMERMAN, 1986) impera no processo de formação educacional e profissional do futuro contador.

6. CONCLUSÃO

Pretendeu-se com este estudo identificar o ponto de vista de discentes em ciências contábeis acerca da noção de sustentabilidade. Para isso, aplicou-se uma pesquisa *survey* (BABBIE, 2005) junto aos discentes do curso de graduação de uma universidade pública federal localizada na região sudeste do Brasil. Os dados foram coletados por meio de triangulação (DENZIN, 1989) ao articular pesquisa documental e aplicação de questionário junto a uma amostra probabilística de 233 discentes matriculados nos turnos matutino e noturno.

A síntese dos resultados indica que a noção de sustentabilidade se altera quando se observa o comportamento esperado e o comportamento efetivo (SROUR, 1994). Enquanto que o comportamento esperado indica que a sustentabilidade trata de forma equitativa as dimensões econômica, sociocultural e ambiental (ELKINGTON, 2012; CIEGS et al., 2009), o comportamento efetivo indica que a sustentabilidade possui uma lógica oportunista e utilitarista (IUDÍCIBUS, et al., 2005; WATTS; ZIMMERMAN, 1986, 1990; WATTS, 1992) que privilegia a dimensão econômica em detrimento das demais.

Os resultados indicam para a necessidade de se repensar o processo de formação educacional e profissional na área das ciências contábeis, bem como a forma como a sustentabilidade tem sido tratada nos cursos de ciências contábeis. Conforme apontam Laffin (2015), Carvalho et al. (2010) e Tinoco e Robles (2006) torna-se necessário e urgente abandonar o modelo da “pedagogia das competências” com viés tecnicista e redirecionar a

formação do contador para a um viés científico e colaborativo que se preocupe com questões socioambientais e, sobretudo, relacionadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

Com isso, defende-se neste artigo a necessidade de que a sustentabilidade seja tratada nos cursos de ciências contábeis de forma transversal e transdisciplinar e por meio de uma abordagem holística, de integração e de síntese (VASCONCELOS et al., 2013; SENGE et al., 2009; ALMEIDA, 2008). Com isso, o processo de ensino e a aprendizagem produzirá resultados diferentes no ponto de vista dos discentes de ciências contábeis. Esta diferença tende a privilegiar a perspectiva sustentável em detrimento da perspectiva oportunista e utilitarista (IUDÍCIBUS, et al., 2005; WATTS; ZIMMERMAN, 1986, 1990; WATTS, 1992).

Espera-se que os resultados aqui apresentados possam indicar caminhos para que gestores universitários, gestores de políticas públicas e empresários reflitam sobre a necessidade de adotar uma visão e abordagem para a sustentabilidade em que a perspectiva holística, de integração e de síntese norteie o processo de formação educacional nos cursos de graduação em ciências contábeis, inclusive, na postura das instituições, de forma a se refletir nas tomadas e decisões de negócios posteriormente. Considera-se essas questões essenciais para a construção de uma sociedade melhor, mais justa, socialmente responsável e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BRASIL Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 de maio de 1946, Seção 1, p. 7889.
- CARVALHO, J. R. M.; ALEXANDRE, F. A. M.; ALMEIDA, K. K. N.; CARVALHO, E. K. M. A.; CURTI, W. F. Uma análise do interesse dos estudantes de ciências contábeis pela área de contabilidade ambiental. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 2, n. 1, p. 37-53, 2010.
- CIEGIS, R.; RAMANAUSKIENE, J.; MARTINKUS, B. The concept of sustainable development and its use for sustainability scenarios. **Engineering Economics**, [S.l.], n. 2, p. 28-37, 2009.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 de dezembro de 2004, Seção 1, p. 15.
- DENZIN, N. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. 3. ed. New York, NY: Prentice Hall, 1989.
- ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: MBooks, 2012.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- HANN, T.; PINKSE, J.; PREUSS, L.; FIGGE, F. Tensions in corporate sustainability: towards an integrative framework. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 127, n. 2, p. 297-316, 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.

LAFFIN, M. Graduação em ciências contábeis - a ênfase nas competências: contribuições ao debate. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S.l.], v. 23, n. 78, p. 1-30, 2015.

LÉLÉ, S. Sustainable development: a critical review. **World Development**, [S.l.], v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.

LEVINE, D.; STEPHAN, D. F.; KREHBLEL, T.; BERENSON, M. L. **Estatística: teoria e aplicações** 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

LIMA, N. M.; BERNARDO, R. F.; MIRANDA, G. J.; MEDEIROS, C. R. O. Fraudes corporativas e a formação de contadores: uma análise dos currículos dos cursos de ciências contábeis. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 9, n. 1, p. 97-116, 2017.

MARTIN, N. C. Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 28, p. 7-28, 2002.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise avançada das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, [S.l.], v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.

MIRANDA, C. S.; MIRANDA, R. A. M.; ARAÚJO, A. M. P. Percepções dos estudantes do ensino médio sobre o curso de ciências contábeis e as atividades do profissional contador. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 17-35, 2013.

MIRANDA, G. J.; CASA NOVA, S. P. de C.; CORNACCHIONE JÚNIOR, E. B. Os saberes dos professores-referência no ensino de contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 23, n. 59, p. 142-153, 2012.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. O ecletismo do paradigma da sustentabilidade: construção e análise a partir dos estudos organizacionais. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 202-242, 2011.

OSORIO, L. A. R.; LOBATO, M. O.; CASTILLO, X. A. Debates on sustainable development: towards a holistic view of reality. **Environment, Development and Sustainability**, v. 7, p. 501-518, 2005.

PADOAN, F.; CLEMENTE, A. A interdisciplinaridade no ensino da contabilidade: um estudo empírico da percepção dos docentes. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 6., São Paulo, 2006. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

PIERANTONI, I. A. Few remarks on methodological aspects related to sustainable development. In: OECD. **Measuring sustainable development: integrated economic, environmental and social frameworks**. [S.l.]: OECD Publishing, 2004. p. 63-89.

PIRES, C. B.; OTT, E.; DAMACENA, C. A formação do contador e a demanda do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). **BASE: Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, [S.l.], v. 7, n. 4, p. 315-327, 2010.

PIRES, S. R. I. **Gestão da cadeia de suprimentos (supply chain management): conceitos, estratégias, práticas e casos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PURNELL, L. S.; FREEMAN, R. E. Stakeholder theory, fact/value dichotomy, and the normative core: how Wall Street stop the ethics conversation. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 109, p. 109-116, 2012.

RODRIGUES, T. C.; MACHADO, D. G.; COSTA, A. A. da; SOUZA, M. A. de. Desenvolvimento sustentável: percepção dos alunos do curso de graduação em ciências contábeis das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 68-90, 2017.

SENGE, P.; SMITH, B.; KRUSCHWITZ, N.; SCHLEY, S.; LAUR, J. **A Revolução decisiva: como indivíduos e organizações trabalham em parceria para criar um mundo**

sustentável. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.

SROUR, R. H. Ética empresarial sem moralismo. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 3-22, 1994.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1077-1096, 2006.

VASCONCELOS, K. C. de A.; SILVA JUNIOR, A. da; SILVA, P. de O. M. da. Educação gerencial para atuação em ambientes de negócios sustentáveis: desafios e tendências de uma escola de negócios brasileira. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 45-75, 2013.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.